

Orçamento de 90 vira festival de fisiologismo

Chico Mendonça e
Maria Luiza Abbott

Brasília — Jamil Bittar



Souza só faltou apresentar emenda para um loteamento na lua

BRASÍLIA — “Um loteamento na lua”.

A expressão é usada pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, ao se referir à lei orçamentária de 1990. A completa desarticulação do Palácio do Planalto e da área econômica neste apagar de luzes do governo Sarney e a onda de fisiologismo que graça no Legislativo fazem o pano de fundo do cenário. Se chegar a ser votado, este ano, o orçamento de 1990 terá vida curta, muito menor que os 12 meses previstos em lei.

“Esse orçamento significa apenas o dever formal do Congresso em apreciá-lo. O Congresso está na expectativa da posição do próximo governo, não por subalternidade, mas porque será o momento certo de se travar o debate em torno dele”, afirma Cid Carvalho. Com um governo extremamente fraco não há como o Legislativo se decidir por unir-se ou se contrapor a ele, “corroendo as pilstras do orçamento”, raciocina o presidente da comissão. De qualquer forma, se a lei chegar a ser votada, levará ao presidente eleito as sinalizações do Congresso quanto às prioridades que devem ser consideradas no orçamento do ano que vem. Carvalho pretende marcar a posição política do Legislativo para negociar.

A confusão na área governamental é visível nos corredores do Congresso. Os lobistas do Judiciário andam por eles apressadamente nos últimos dias para tentar viabilizar a aprovação, por acordo de liderança, de um projeto de autoria própria que cria 546 cargos no Tribunal Superior do Trabalho, 4.200 no Ministério Público da União e planos de carreira no Supremo Tribunal Federal e no Supremo Tribunal Militar. Tudo

isso sem pedir palpite ao governo e sem observar a Lei de Diretrizes Orçamentárias que, segundo o artigo 169 da Constituição, tem que autorizar especificamente a iniciativa. Ao entregar sua proposta de orçamento ao governo, o Judiciário já dera mostras de que não queria a opinião do Executivo. Brigou e fez chegar em anexo especial ao Congresso sua proposta orçamentária de despesas no valor de NCz\$ 3,2 bilhões, não permitindo que o governo a alterasse.

Ontem foi a vez da assessoria parlamentar do Ministério dos Transportes amargar mais uma episódio dessa desarrumação governamental. A Comissão de Orçamento preparava-se para votar o projeto de lei do Executivo que autoriza a abertura de créditos adicionais, ainda este ano, no valor de NCz\$ 2,2 bilhões para o ministério. O relator, deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), havia cortado, no entanto,

50% (NCz\$ 112,5 milhões) dos recursos alocados para a Ferrovia Norte-Sul. Quando deu pela falta dos parlamentares que apresentariam destaques para emendas que recompunham a dotação, o assessor correu ao telefone e descobriu que eles estavam no Ministério dos Transportes - principal interessado na obra - recebendo a comenda Barão de Mauá por serviços prestados. Convidados, os parlamentares voltaram correndo ao Congresso, mas chegaram tarde. Os destaques haviam caído por falta de quem os defendesse e a ferrovia ficou sem a metade dos seus recursos.

Fisiologismo A desarticulação governamental juntou-se à inexistência do plano plurianual previsto na Constituição (será implantado em 1990 e planejará as ações do Executivo nos cinco anos de mandato do próximo governo) e abriu todo o espaço para o fisiologismo. Surgiram aproximada-

mente 11 mil emendas ao orçamento, centradas principalmente nos interesses eleitorais dos parlamentares preocupados em garantir uma vaga no Legislativo nas eleições do ano que vem. O campeão do número de emendas apresentadas foi o deputado Vilson de Souza, do PSDB de Santa Catarina.

O deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA) justifica que as emendas são legítimas, na medida em que os parlamentares são os que mais conhecem as necessidades das regiões pelas quais foram eleitos. “Se imaginarmos que no Congresso só se faz fisiologismo, então não deveríamos ter devolvido as prerrogativas ao Legislativo durante a Constituinte”, protestou o deputado Cid Carvalho na última segunda-feira. As decisões sobre o orçamento da União, lembrou, voltariam a ser tomadas dentro dos gabinetes ministeriais.

A deputada Irma Passoni (PT-SP) concorda com os argumentos, mas não deixa de criticar o que chama de “festival de irresponsabilidade”. “O deputado realmente conhece os problemas de sua região melhor que ninguém, mas se suas emendas não se encaixam nas grandes linhas mestras do orçamento prejudicam os bons projetos nacionais”, afirma a deputada. Uma breve pesquisa nos dois volumes das emendas apresentadas confirma a posição de Irma. O deputado Chagas Duarte (PDT-RR), por exemplo, retirou NCz\$ 29 milhões da já raquítica dotação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para bolsas de mestrado e as destinou, ao lado de outros remanejamentos, à pavimentação de 284 quilômetros da BR-174, que liga Jundiá a Caracará, em Roraima. Mesmo que um projeto de revisão orçamentária substitua a lei que está em votação, logo no início do próximo governo, as emendas aprovadas marcarão uma posição de força do Congresso.